

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º SCGC_SPUP_CPI/23A004 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA
AS ENTIDADES CONSTITUTIVAS DA U. PORTO

Índice

PARTE I	3
CLAUSULAS JURÍDICAS	3
CLÁUSULA 1.ª OBJETO DO CONTRATO	3
CLÁUSULA 2.ª CONTRATO	4
CLÁUSULA 3.ª PRAZO DO CONTRATO.....	4
CLÁUSULA 4.ª SUSPENSÃO E SUPRESSÃO DE PRESTAÇÕES CONTRATUAIS.....	5
CLÁUSULA 5.ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO(S) COCONTRATANTE(S).....	6
CLÁUSULA 6.ª RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO.....	9
CLÁUSULA 7.ª DESEMPENHO AMBIENTAL	10
CLÁUSULA 8.ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	10
CLÁUSULA 9.ª LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	11
CLÁUSULA 10.ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	11
CLÁUSULA 11.ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO.....	11
CLÁUSULA 12.ª DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL	12
CLÁUSULA 13.ª PREÇO CONTRATUAL	12
CLÁUSULA 14.ª REVISÃO DE PREÇOS	14
CLÁUSULA 15.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	15
CLÁUSULA 16.ª RESPONSABILIDADES	15
CLÁUSULA 17.ª PENALIDADES CONTRATUAIS	16
CLÁUSULA 18.ª FORÇA MAIOR.....	18
CLÁUSULA 19.ª SEGUROS	19
CLÁUSULA 20.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO(S) CONTRAENTE(S) PÚBLICO(S).....	19
CLÁUSULA 21.ª RESOLUÇÃO PARTE DO(S) COCONTRATANTE(S)	20
CLÁUSULA 22.ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	20
CLAUSULA 23.ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL POR INCUMPRIMENTO DO(S) COCONTRATANTE(S)	20
CLÁUSULA 24.ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	21
CLÁUSULA 25.ª FORO COMPETENTE	21
CLÁUSULA 26.ª GESTOR DO CONTRATO	21
CLÁUSULA 27.ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	22
PARTE II	22
CLAUSULAS TÉCNICAS	22
A - CLÁUSULAS TÉCNICAS COMUNS A TODOS OS LOTES	22

CLÁUSULA 28ª CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DO PROCEDIMENTO.....	22
CLÁUSULA 29ª LOCAL E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	23
CLÁUSULA 30.ª NÍVEIS DE SERVIÇO EXIGIDOS E REQUISITOS TÉCNICOS.....	23
CLÁUSULA 31.ª ASSIDUIDADE, PONTUALIDADE E SUBSTITUIÇÃO DE FUNCIONÁRIAS (OS)	25
CLÁUSULA 32.ª ENCARREGADO E SUPERVISOR	26
CLÁUSULA 33.ª CONTROLO DE CHAVES E CARTÕES DE ACESSO.....	27
CLÁUSULA 34.ª IDENTIFICAÇÃO E FARDAMENTO DO PESSOAL DE LIMPEZA.....	28
CLÁUSULA 35.ª MATERIAIS, PRODUTOS DE LIMPEZA E EQUIPAMENTOS	28
CLÁUSULA 36.ª RECOLHA E DEPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS	30
CLÁUSULA 37.ª ESPECIFICIDADES DO SERVIÇO DE LIMPEZA	30
CLÁUSULA 38.ª OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO (S) COCONTRATANTE (S)	31
CLÁUSULA 39.ª SERVIÇOS OCASIONAIS / NÃO PLANEADOS.....	32
CLÁUSULA 40.ª PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA NOS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS	33
B - CLÁUSULAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS LOTES	34
CLÁUSULA 41.ª DESCRIÇÃO, HORÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, POR LOCALIZAÇÃO DE EDIFÍCIO E QUANTIDADES.....	34
CLÁUSULA 42.ª ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS OCASIONAIS / NÃO PLANEADOS	35
ANEXO A – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS POR LOCAL	36
ANEXO B – DESIGNAÇÃO DOS LOCAIS, IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRETENDIDOS E MAPA DE AFETAÇÃO MÍNIMA DE TRABALHADORES POR EQUIPAMENTO E POR HORÁRIO	36
ANEXO C – MORADAS DOS CONTRAENTES PÚBLICOS.....	36
ANEXO D – GESTORES DE CONTRATO	37
ANEXO E – ESPECIFICAÇÕES / INSTRUÇÕES DE SERVIÇO DE CADA LOTE	37
ANEXO F – (MODELO DE) DECLARAÇÃO	38

PARTE I

CLAUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1.ª OBJETO DO CONTRATO

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas a incluir nos contratos a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição **de serviços de limpeza** para as entidades constitutivas da Universidade do Porto.
2. Os serviços de limpeza serão executados de acordo com o estabelecido no presente caderno de encargos e demais legislação aplicável.
3. A prestação de serviços objeto do presente procedimento abrange os locais identificados no **Anexo B** do Caderno de Encargos, organizados por 17 (dezasete) lotes, que adiante se enumeram:
 1. Lote 1: Reitoria (REIT)
 2. Lote 2: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP);
 3. Lote 3: Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (FBAUP);
 4. Lote 4: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP);
 5. Lote 5: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADEUP);
 6. Lote 6: Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP);
 7. Lote 7: Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP);
 8. Lote 8: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP);
 9. Lote 9: Complexo Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (FFUP)/ Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto (ICBAS);
 10. Lote 10: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP);
 11. Lote 11: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP);
 12. Lote 12: Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto (FMDUP);
 13. Lote 13: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP);
 14. Lote 14: Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto (FCNAUP);
 15. Lote 15: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto (ICBAS);
 16. Lote 16: Centro de Desporto da Universidade do Porto (CDUP);
 17. Lote 17: Serviços Ação Social da Universidade do Porto (SASUP).

CLÁUSULA 2.ª CONTRATO

1. Os contratos são compostos pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Os contratos a celebrar integram ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A (s) proposta (s) adjudicada (s);
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo (s) adjudicatário (s).
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. O contrato integra ainda o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação da U. Porto:
https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3.ª PRAZO DO CONTRATO

1. Os contratos mantêm-se em vigor desde **01 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024, com a possibilidade de renovação por dois (2) períodos de 12 meses**, se nenhuma das partes o denunciar, mediante notificação à outra parte por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 90 dias em relação ao termo da vigência inicial ou de cada uma das renovações, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Os contratos extinguem-se atingido o seu termo ou o preço contratual.
3. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o montante referido na cláusula 13ª, o (s) cocontratante (s) não terão direito a qualquer indemnização.
4. Sem prejuízo dos números anteriores, para os serviços e contraentes públicos abaixo referidos, as prestações abrangidas pelo presente caderno de encargos só têm o seu termo inicial e ou final nas seguintes datas, após comunicação do (s) contraente (s) público (s):

- a. Serviços de limpeza para a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP):
 - i. Instalações da Casa da Rua do Campo Alegre, sitas na Rua do Campo Alegre, 657, 4150-179 Porto (Posição 12 do lote 4) - o início da execução desta prestação encontra-se condicionada à conclusão das obras a realizar no edifício, a qual se prevê que venha a ocorrer durante o ano de 2024.
- b. Serviços de limpeza para o Centro de Desporto da Universidade do Porto (CDUP):
 - i. Instalações do Centro de Desporto (Sede), sitas na Rua da Boa Hora nº 20, 24 e 26 4050-099 Porto (Posição 1 do lote 16) – a execução desta prestação encontra-se condicionada ao início das obras a realizar no edifício, que se prevê que venham a ocorrer durante o primeiro semestre de 2024, pelo que a execução desta prestação contratual pode terminar a qualquer momento ou o número de horas ser reduzido de acordo com as necessidades, devendo o contraente público comunicar com a antecedência mínima de 15 dias, relativamente à data do seu termo, não tendo o contraente público direito a qualquer indemnização.
- c. Serviços de limpeza para os Serviços de Ação Social da Universidade do Porto (SASUP):
 - i. Instalações da Residência Ventura Terra, sitas na Viela da Carvalhosa, n.º 2 - 4050-169 Porto (Posição 7 do lote 17) – a execução desta prestação encontra-se condicionada ao início das obras a realizar no edifício, que se prevê que venham a ocorrer durante o ano de 2024, pelo que se estima que a execução desta prestação contratual termine a 31 de dezembro de 2024 ou o número de horas ser reduzido de acordo com as necessidades, devendo o contraente público comunicar com a antecedência mínima de 15 dias, relativamente à data do seu termo, não tendo o contraente público direito a qualquer indemnização.

5. O contrato não poderá ser outorgado sem que sejam decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, nos termos do disposto no art.º 104.º n.º 1 alínea a) e sem prejuízo, quando aplicável, do disposto na alínea d) do n.º 2 do mesmo artigo, ambos do CCP.

CLÁUSULA 4.ª SUSPENSÃO E SUPRESSÃO DE PRESTAÇÕES CONTRATUAIS

No decorrer da execução contratual poderá haver supressão de necessidades sempre que os contraentes públicos afirmem da dispensabilidade de determinado(s) posto(s), o comuniquem, ao (s) cocontratante(s) com 15 dias de antecedência face à sua suspensão ou supressão, devendo ser reposto o equilíbrio financeiro do contrato, e ser formalizado através de adenda.

CLÁUSULA 5.ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO(S) COCONTRATANTE(S)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração dos contratos decorrem para o(s) cocontratante(s) as seguintes obrigações principais:

- a. Obrigação de prestar os serviços em conformidade com as especificações técnicas identificadas no presente caderno de encargos e respetivos anexos, que dele fazem parte integrante;
- b. Prestar, pontualmente, serviços de limpeza em eventos da Universidade do Porto que decorram em edifício ou instalações descritas no **Anexo B** do Caderno de Encargos, mas também em instalações diferentes das previstas. Caso necessário, os referidos serviços ser faturados como intervenções não planeadas e em conformidade com valores que venham a ser propostos pelo Adjudicatário relativamente a essas intervenções;
- c. Executar a prestação de serviços de forma profissional e competente utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
- d. Reposição dos consumíveis de wc, que são fornecidos pelos contraentes públicos;
- e. Assegurar o pagamento atempado de todos os encargos com mão-de-obra, segurança social, seguros e demais encargos do seu pessoal de acordo com o previsto para as respetivas categorias profissionais;
- f. Respeitar as normas estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, assegurando nomeadamente o cumprimento das cláusulas relacionadas com a transição de serviços entre empresas e sucessão dos postos de trabalho;
- g. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
- h. Afetar à prestação de serviços todos os recursos materiais necessários ao bom cumprimento da mesma;
- i. Proceder ao registo diário da realização das atividades estabelecidas na Parte II e respetivos locais – Cláusulas específicas do presente Caderno de Encargos;
- j. Elaborar relatórios mensais até ao 8.º dia de cada mês sobre os trabalhos executados, incidentes verificados, áreas sem limpeza por falha de frequências, intervenções programadas e/ou horas não realizadas, quando for o caso, bem como outras situações que se venham a identificar, relacionados com o mês transato;
- k. Responder no prazo máximo de 5 dias às solicitações / pedidos de informação dos contraentes públicos, sem prejuízo de outros prazos específicos elencados no presente caderno de encargos;

- l. Aceitar que os contraentes públicos se reservam ao direito de solicitar alterações, quer dos trabalhadores, quer dos produtos ou dos equipamentos utilizados quando se verifique que os mesmos não são compatíveis com o serviço a executar;
- m. Cumprir o disposto no Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Trabalho da Universidade do Porto, cumprindo os princípios e o compromisso de não tolerância ao assédio assumido pela U. Porto, disponível no link:

https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873
- n. Assegurar o cumprimento das especificações técnicas gerais quanto à emissão da fatura eletrónica, conforme disposto na cláusula referente às condições de pagamento, cumprindo a obrigação de identificar o n.º da nota de encomenda e o n.º de compromisso;
- o. Garantir a proteção e segurança da informação sobre as pessoas singulares, em concreto que o tratamento no âmbito da prestação dos serviços, objeto do contrato, ocorrerá em estrita observância de todas as disposições pertinentes de direito nacional e europeu que protegem os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, em particular o seu direito à proteção da vida privada no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais;
- p. Apresentar no início da vigência do contrato, se aplicável, ou durante a vigência se existirem alterações dos recursos humanos, o certificado do registo criminal dos colaboradores que, no desenvolvimento da prestação de serviços, venham a ter contacto regular com menores, ou antes do início da execução de qualquer serviço em espaço novo onde se venha a constatar o contacto regular com menores;
- q. Apresentar as normas e os procedimentos a adotar pelos contraentes públicos, de modo a cumprir os objetivos das prestações incluídas no objeto do contrato, nomeadamente os procedimentos para controlar o acesso de pessoas, bens e veículos, bem como o controlo de cargas e descargas de fornecimentos;
- r. Garantir a implementação de medidas técnicas de segurança adequadas à confidencialidade e à integridade da informação de que possa ter conhecimento por força da execução do contrato.
- s. Assegurar todos os encargos decorrentes do fornecimento de todos os materiais, equipamentos e consumíveis necessários à prestação de serviços, sendo responsável pelo transporte, armazenamento, manutenção e conservação dos mesmos;
- t. Assegurar que cada funcionário que efetuou a limpeza rubrica as fichas de serviço colocadas em locais-chave do edifício, nomeadamente nos WC e laboratórios, com a indicação da hora a que o serviço foi efetuado e que, posteriormente pela encarregada que assume a responsabilidade final do serviço devendo ser entregues mensalmente ao Gestor do contrato;

- u. Garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções nos edifícios da U. Porto, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
 - v. Zelar pela maior economia energética, nomeadamente de água e eletricidade;
 - w. Utilizar equipamentos e produtos de limpeza que cumpram as normas de qualidade e ambientais aplicáveis;
 - x. Proceder à separação e recolha de resíduos, nos termos da legislação em vigor;
2. Constituem ainda obrigações do (s) cocontratante (s):
- a. Nomear um Gestor de Serviços responsável pelo(s) contrato(s) e quaisquer alterações relativamente ao mesmo, afeto à sua gestão, ao qual competirá, nomeadamente:
 - i. Receber e encaminhar as notas de encomenda durante a execução do contrato, pelos contraentes públicos;
 - ii. Receber e encaminhar os demais pedidos que os contraentes públicos entendam formular durante a execução do contrato;
 - iii. Assumir, por solicitação dos contraentes públicos, a resolução de qualquer pedido formulado, sempre que o mesmo não tenha sido resolvido nos termos estipulados no contrato;
 - iv. Comparecer em todas as reuniões de acompanhamento do contrato para as quais seja convocado pelos contraentes públicos;
 - v. Assegurar a presença dos supervisores nas reuniões de acompanhamento do contrato, convocadas pelos contraentes públicos.
 - b. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - c. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
 - d. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
 - e. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

- f. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- g. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- h. Assegurar a disciplina, formação e aptidão profissional do seu pessoal, e acautelar a reparação de prejuízos por ele causado nas instalações, equipamentos, material e a terceiros;
- i. Acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência, para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos;
- j. Permitir que os contraentes públicos acompanhem o desenvolvimento da prestação de serviços, nomeadamente, que fiscalize ou audite, em qualquer momento, na quantidade, âmbito e forma que entender, os serviços objeto do presente procedimento;

CLÁUSULA 6.ª RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o(s) cocontratante(s) fica(m) obrigado(s) a manter, com a periodicidade necessária e definida pelas partes, reuniões de coordenação com os representantes dos contraentes públicos, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. Os relatórios identificados na cláusula anterior do presente Caderno de Encargos, bem como os demais documentos que venham a ser produzidos no decorrer da execução da prestação de serviços deverão ser validados pelos contraentes públicos, no prazo máximo de 15 dias após a sua entrega, considerando-se aceites se não houver qualquer pronúncia em contrário até ao final desse prazo.
3. Caso existam correções/alterações a efetuar, serão estas da responsabilidade dos cocontratantes, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
4. O cocontratante dispõe de um prazo máximo de 5 dias, a contar da comunicação efetuada pelo contraente público, para efetuar as correções/alterações que esta considere necessárias.
5. Todos os documentos, nomeadamente os relatórios devem ser entregues, em suporte digital (Excel e Pdf.), para o endereço eletrónico do gestor de contrato nomeado pela entidade adjudicante para o efeito.
6. Excecionalmente, e mediante autorização expressa da entidade adjudicante, os documentos anteriormente referidos poderão ser entregues em suporte físico, devendo para o efeito ser impressos

em papel reciclado, privilegiando-se a utilização da opção de impressão frente e verso dos mesmos, no âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho, que visa assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços.

7. O(s) cocontratante (s) fica(m) obrigados a apresentar aos contraentes públicos, no prazo de 10 dias após a outorga do contrato, o programa detalhado das limpezas de carácter geral e de menor periodicidade a efetuar, com indicação, para os diferentes locais, das datas para a realização dessas limpezas.

8. O(s) cocontratante (s) fica(m) obrigados a apresentar aos contraentes públicos, com periodicidade diária os mapas de presenças, com periodicidade semanal o programa de limpeza dos vidros, e com periodicidade trimestral relatórios com a evolução de todas as limpezas programadas.

9. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo (s) cocontratante(s) devem ser integralmente redigidos em Português.

CLÁUSULA 7.ª DESEMPENHO AMBIENTAL

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.

2. O cocontratante deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

CLÁUSULA 8.ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. Os trabalhadores afetos ao contrato prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.

2. O cocontratante deve entregar ao gestor de contrato, no prazo máximo de 5 dias, após o início da vigência do contrato, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual conforme **Anexo F** ao presente Caderno de Encargos.

3. No caso de ocorrer, durante a execução do contrato, alteração dos trabalhadores identificados no documento referido no número anterior, o cocontratante deve, no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.

4. O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
5. O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

CLÁUSULA 9.ª LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. A prestação de serviços será efetuada nas instalações das entidades constitutivas da Universidade do Porto, que constam do **Anexo B** do presente Caderno de Encargos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. O número e a localização das instalações previstas no número anterior poderão sofrer alterações, designadamente por motivos de reestruturação dos serviços ou de introdução de medidas de gestão que a isso obriguem.
3. Nos casos previstos no número anterior, o(s) cocontratante(s) obriga-se a prestar os serviços que venham a considerar-se como necessários nesse novo local e/ou horário, de acordo com a comunicação por parte da entidade adquirente.
4. Para efeitos do número anterior, o(s) contraente(s) público(s) devem comunicar, por escrito, ao(s) cocontratante(s) a alteração pretendida com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data em que a alteração deva produzir efeitos.
5. Para efeitos do disposto no n.º 2, os encargos com as prestações de serviços, quando diferentes dos inicialmente indicados, devem conformar-se com as novas necessidades, podendo daí resultar um ajustamento contratual que pode implicar aumento ou redução dos serviços a prestar.

CLÁUSULA 10.ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O cocontratante obriga-se a dar cumprimento à legislação sobre Proteção de Dados, designadamente ao estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados e Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovada pela Lei nº 58/2019, de 08 de agosto, aceitando regular esta questão em acordo de tratamento de dados, caso seja considerado necessário, acordo esse que ficará a constar em anexo ao contrato e que dele fará parte integrante.

CLÁUSULA 11.ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O(s) cocontratante(s) deve(m) guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa aos contraentes públicos de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução dos contratos.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução dos contratos.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo (s) cocontratante (s) de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O(s) cocontratante(s) deverá (ão) guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 12.ª DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

1. O cocontratante deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à utilização de software e demais soluções ou produtos por si utilizados na execução do contrato.
2. O cocontratante obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral execução dos serviços contratados.
3. Sempre que legalmente admissível e na máxima extensão admitida na lei, o resultado da prestação dos serviços é propriedade do contraente público, ainda que se verifique a cessação do contrato celebrado.
4. O cocontratante obriga-se a colaborar e a prestar assistência ao contraente público relativamente aos procedimentos e às formalidades necessárias para a realização do registo de propriedade.

CLÁUSULA 13.ª PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, os contraentes públicos obrigam-se a pagar ao(s) cocontratante(s) o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a:

PREÇO BASE SERVIÇOS PERMANENTES E SERVIÇOS OCASIONAIS											
Lote	Descrição	2 024			2 025			2 026			TOTAL LOTE (valor sem IVA)
		Serviços Permanentes (s/ IVA)	Serviços Ocasionais (s/ IVA)	Total (s/ IVA)	Serviços Permanentes (s/ IVA)	Serviços Ocasionais (s/ IVA)	Total (s/ IVA)	Serviços Permanentes (s/ IVA)	Serviços Ocasionais (s/ IVA)	Total (s/ IVA)	

1	Edif. Histórico, Parcauto e Rua de Ceuta	253 046,04	245,28	253 291,32	253 046,04	245,28	253 291,32	253 046,04	245,28	253 291,32	1 264 247,82
	Planetário	25 010,08	0,00	25 010,08	25 010,08	0,00	25 010,08	25 010,08	0,00	25 010,08	
	Museu	104 179,20	529,00	104 708,20	104 179,20	529,00	104 708,20	104 179,20	529,00	104 708,20	
	Sala Comum	5 639,92	0,00	5 639,92	5 639,92	0,00	5 639,92	5 639,92	0,00	5 639,92	
	Vairão	21 326,00	0,00	21 326,00	21 326,00	0,00	21 326,00	21 326,00	0,00	21 326,00	
	Círculo Universitário	7 242,24	2 344,50	9 586,74	7 242,24	2 344,50	9 586,74	7 242,24	2 344,50	9 586,74	
	Loja UP	1 853,68	0,00	1 853,68	1 853,68	0,00	1 853,68	1 853,68	0,00	1 853,68	
2	FAUP	94 430,00	0,00	94 430,00	94 430,00	0,00	94 430,00	94 430,00	0,00	94 430,00	283 290,00
3	FBAUP	87 050,40	668,48	87 718,88	87 050,40	668,48	87 718,88	87 050,40	668,48	87 718,88	263 156,64
4	FCUP	432 195,56	6 217,62	438 413,18	432 195,56	6 217,62	438 413,18	432 195,56	6 217,62	438 413,18	1 315 239,54
5	FADEUP	108 526,00	0,00	108 526,00	108 526,00	0,00	108 526,00	108 526,00	0,00	108 526,00	325 578,00
6	FDUP	55 998,80	0,00	55 998,80	55 998,80	0,00	55 998,80	55 998,80	0,00	55 998,80	167 996,40
7	FEP	126 207,00	6 064,00	132 271,00	126 207,00	6 064,00	132 271,00	126 207,00	6 064,00	132 271,00	396 813,00
8	FEUP	717 857,60	17 837,90	735 695,50	717 857,60	17 837,90	735 695,50	717 857,60	17 837,90	735 695,50	2 207 086,50
9	ICBAS / FFUP	388 606,60	61 795,66	450 402,26	388 606,60	61 795,66	450 402,26	388 606,60	61 795,66	450 402,26	1 351 206,78
10	FLUP	186 087,20	0,00	186 087,20	186 087,20	0,00	186 087,20	186 087,20	0,00	186 087,20	558 261,60
11	FMUP	421 018,00	4 898,62	425 916,62	421 018,00	4 898,62	425 916,62	421 018,00	4 898,62	425 916,62	1 277 749,86
12	FMDUP	81 739,40	0,00	81 739,40	81 739,40	0,00	81 739,40	81 739,40	0,00	81 739,40	245 218,20
13	FPCEUP	111 788,60	1 207,12	112 995,72	111 788,60	1 207,12	112 995,72	111 788,60	1 207,12	112 995,72	338 987,16
14	FCNAUP	47 906,40	738,65	48 645,05	47 906,40	738,65	48 645,05	47 906,40	738,65	48 645,05	145 935,15
15	ICBAS	52 769,72	1 322,50	54 092,22	52 769,72	1 322,50	54 092,22	52 769,72	1 322,50	54 092,22	162 276,66
16	CDUP	62 882,40	1 623,00	64 505,40	62 882,40	1 623,00	64 505,40	62 882,40	1 623,00	64 505,40	193 516,20
17	SASUP	258 008,48	1 875,60	259 884,08	229 808,88	1 875,60	231 684,48	229 808,88	1 875,60	231 684,48	723 253,04

3. Pela prestação de serviços ocasionais não planeados / calendarizados, os contraentes públicos pagarão ao(s) cocontratante(s) o produto da multiplicação dos preços unitários propostos para tais serviços pelas quantidades efetivas, sendo que os preços máximos unitários para os serviços ocasionais, para o período inicial de execução e para cada uma das renovações são os seguintes:

Descrição		Preço unitários base (s/ IVA)
Limpeza ocasional / não programada	Nr. horas em horário TDU, diurno (06h00 às 20h59)	10,22 €
	Nr. horas em horário TDU, noturno (21h00 às 05h59)	14,20 €

	Nr. horas em horário Fins-de-semana e Feriados, diurno (06h00 às 20h59)	16,23 €
	Nr. horas em horário Fins-de-semana e Feriados, noturno (21h00 às 05h59)	19,99 €

5. Pela prestação dos serviços previstos no n.º 4 da cláusula 3.ª, os contraentes públicos pagarão ao(s) cocontratante(s) o preço parcial correspondente.
6. O preço contratual compreende, todos os encargos com a mão-de-obra, com os produtos de limpeza e outros materiais, máquinas e outros utensílios necessários utilizar no âmbito do presente contrato de prestação de serviços.
7. No decurso da execução do contrato, os contraentes públicos pagarão apenas os serviços efetivamente prestados, sendo que no caso de não ser atingido preço contratual, tal não confere ao(s) cocontratante(s) o direito a ser indemnizado, seja a que título for.

CLÁUSULA 14.ª REVISÃO DE PREÇOS

1. Após o termo do primeiro e/ou do segundo ano de execução contratual e sempre que se verifique o ajustamento de remuneração no âmbito de Convenção Coletiva de Trabalho relativa a este setor, poderá verificar-se a revisão de preços relativamente aos custos com pessoal, em conformidade com a nota justificativa do preço indicada na alínea d) do n.º 1 do artigo 10º do Programa do Concurso.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o cocontratante deve apresentar pedido devidamente fundamentado, instruído de todos os elementos que condicionam a atualização, bem como de todos os cálculos subjacentes ao mesmo.
3. A percentagem exata a aplicar na revisão de preços, será aquela que resultar do impacto que a revisão da RMMG ou do CCT tiver sobre a componente salarial nos preços unitários adjudicados, tendo por base e limite máximo a percentagem aplicada na referida alteração da RMMG ou do CCT.
4. Caso o contraente público considere que o pedido não se encontra devidamente fundamentado, solicita os esclarecimentos necessários.
5. No caso de não serem prestados os esclarecimentos solicitados nos termos do n.º anterior, ou no caso de insuficiência e clareza dos mesmos, o pedido de atualização de preços pode ser recusado.

CLÁUSULA 15.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelos contraentes públicos, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. A obrigação do pagamento torna-se exigível no último dia de cada mês.
3. Para locais de limpeza diária, quinzenal e mensal regular, deverá ser emitida uma única fatura por lote, devendo constar o número da nota de encomenda, número do contrato e detalhar a posição, local e preço mensal.
4. As faturas de limpeza sazonal e de limpeza não programada (serviços ocasionais) deverão ser emitidas individualmente, por lote, no mês seguinte à realização da intervenção, designando o número da nota de encomenda, número do contrato, posição, local, período da execução e valor da prestação de serviços.
5. O(s) cocontratante(s) obriga(m)-se a emitir uma fatura por cada lote, por contraente público.
6. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as faturas deverão ser emitidas em nome de cada um dos contraentes Públicos, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo especificar o n.º da encomenda/compromisso, ou o número do contrato e devem ser enviadas para as moradas que constam do **Anexo C** do presente caderno de encargos.
7. As faturas referentes ao lote 9 (prestação de serviços para o complexo da FFUP e ICBAS), deverão ser remetidas às respetivas Unidades Orgânicas de acordo com a seguinte percentagem de imputação: 59% ICBAS e 41% FFUP.
8. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
9. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.
10. A emissão de faturas eletrónicas por parte do Cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, constantes do manual disponível para consulta no link:
https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=786&pct_grupo=35870#35870
11. O contraente público não se responsabiliza pelo não cumprimento ou incumprimento defeituoso das especificações técnicas referentes ao sistema de faturação eletrónica.

CLÁUSULA 16.ª RESPONSABILIDADES

1. O(s) cocontratante(s) responde(m) perante os contraentes públicos por todos os prejuízos, direta

ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto dos contratos, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.

2. Do mesmo modo, o(s) cocontratante(s) respondem por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se os contraentes públicos vierem a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo (s) cocontratante(s), no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do(s) cocontratante(s) a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução dos contratos, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

CLÁUSULA 17.ª PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento de obrigações emergentes do contrato, os contraentes públicos podem exigir do(s) cocontratante(s) o pagamento de uma pena pecuniária:

- a. Pelo incumprimento de horários, referente à colocação de pessoal afeto ao serviço em conformidade com os horários contratados é aplicada uma sanção fixa de 200€ (duzentos Euros) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$S = h * HH * 2$$

Sendo,

S=Sanção (em Euros)

h= Número de horas ou fração em atraso

HH= valor hora/homem contratado em Euros

- b. Por substituição de pessoal sem aprovação prévia dos contraentes públicos, salvo em casos de emergência, é aplicada uma sanção fixa de 500€ (quinhentos Euros) por ocorrência;
- c. Por não substituição de qualquer elemento do seu pessoal, a pedido dos contraentes públicos, no período máximo de 60 minutos após a comunicação é aplicada uma sanção fixa de 200€ (duzentos Euros) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$S = h * HH * 2$$

Sendo,

S=Sanção (em Euros)

h= Número de horas ou fração em atraso

HH= valor hora/homem contratado em Euros

- d. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das demais obrigações previstas no presente caderno de encargos, poderá ser aplicada uma penalidade até 1‰ do preço contratual.
- e. pelo incumprimento da obrigação de respeitar no âmbito da execução contratual, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 1% do preço contratual por cada incumprimento;
- f. Os contraentes públicos poderão ainda aplicar uma penalidade no valor de 100 € (cem euros) sempre que se verifique qualquer uma das ocorrências:
 - i. Penalidade, por trabalhador, pelo não uso de farda pelo pessoal afeto à prestação de serviços, acrescidos de 50,00 € (cinquenta euros), por dia, até à regularização da situação;
 - ii. Penalidade por ação ou omissão, de não recolha e separação de resíduos, acrescidos de 50,00 € (cinquenta euros), por dia, até à regularização da situação;
 - iii. Armazenamento inadequado dos produtos de limpeza, nas instalações dos contraentes públicos, não tendo em atenção possíveis incompatibilidades entre produtos;
 - iv. A rutura de stocks de material e produtos de limpezas necessários à adequada realização da limpeza;
 - v. A presença de pessoas estranhas ao serviço dentro das instalações do contraente público;
 - vi. Alteração dos horários da presente prestação de serviços, sem a prévia autorização do contraente público, conforme previsto no **anexo B** do Caderno de Encargos;
 - vii. Pelo incumprimento de cada visita de supervisão na periodicidade definida por motivo não imputável ao contraente público;
 - viii. Pelo atraso na entrega do relatório de acompanhamento;
 - ix. Por trabalhador, caso se verifique no decurso da execução do contrato que não dispõe da formação adequada para a prestação de serviços;

- x. No caso de não entrega da lista com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual, conforme previsto na cláusula 8ª do Caderno de Encargos.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
3. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. O valor acumulado das penas pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 18.ª FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham.
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.

- c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam.
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais.
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem.
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 19ª SEGUROS

1. É da responsabilidade do(s) cocontratante(s) a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
- a. Contra acidentes de trabalho;
 - b. Responsabilidade civil contra danos provocados à entidade adjudicante ou a terceiros, tendo como beneficiário a entidade adjudicante.
2. O contraente público pode sempre que entender exigir prova documental da celebração dos contratos de seguros referidos no número anterior, devendo o cocontratante comprovar no prazo de dez dias.

CLÁUSULA 20ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO(S) CONTRAENTE(S) PÚBLICO(S)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do(s) contrato(s) previstos na lei, o(s) contraente(s) público(s) pode(m) resolver o contrato, a título sancionatório nos seguintes casos:
- a) Violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao cocontratante designadamente as constantes das alíneas e), f) e g) da clausula 5ª do presente caderno de encargos;
 - b) Violação dos princípios e compromissos de não tolerância ao assédio assumidos pela U.Porto;
 - c) Finalização de trabalhos reiteradamente em situação de mora ou com defeito;

- d) Prática de atos dolosos ou negligentes que alterem o bom estado de conservação das instalações;
- e) Inexistência de equipamentos ou a inoperacionalidade dos mesmos para além de 3 dias úteis após identificação e reporte da situação;
- f) Não apresentação de prova documental da celebração de contratos de seguros, nos termos n.º da cláusula 19.ª do presente caderno de encargos;
- g) Quando o cumprimento se torne impossível;
- h) Quando o(s) contraentes(s) público(s), em virtude do incumprimento, tenha perdido o interesse na prestação.

CLÁUSULA 21ª RESOLUÇÃO PARTE DO(S) COCONTRATANTE(S)

O(s) cocontratante(s) podem resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

CLÁUSULA 22ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo(s) cocontratante(s) e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLAUSULA 23ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL POR INCUMPRIMENTO DO(S) COCONTRATANTE(S)

1. Em caso de incumprimento, pelo(s) cocontratante(s), das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

CLÁUSULA 24ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, nos termos do Código dos Contratos Públicos, estas devem ser dirigidas para os gestores dos contratos.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 25ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes quer da interpretação, quer da execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 26ª GESTOR DO CONTRATO

1. Nos termos do artigo 290.º-A, são designados os gestores dos contratos em nome dos contraentes públicos, constantes do **Anexo D**, ao presente caderno de encargos, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.
2. Ao gestor do contrato compete, em caso de deteção de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
3. O(s) cocontratante(s) deve(m) identificar um representante, seu interlocutor para as questões operacionais, com capacidade de comunicação com o pessoal que presta o serviço no terreno e controlo da sua ação, de forma ser possível considerar que, qualquer indicação ou solicitação feita a este representante, por mail, telefone ou pessoalmente, passa a ser, para efeitos práticos e formais, do conhecimento do pessoal a quem compete a sua aplicação/execução.
4. O representante operacional do(s) cocontratante(s) pode ou não acumular estas funções com a representação desta entidade para questões económicas e administrativas, devendo ser indicado ao

cocontratante se existe ou não tal acumulação de funções e, em caso negativo, a quem caber este segundo papel.

5. Para efeitos desta prestação de serviços, o contraente público indicará explicitamente ao cocontratante qual a pessoa ou pessoas que podem dar indicações ou fazer solicitações à equipa de limpeza.
6. Em qualquer altura os contraentes públicos poderão alterar a pessoa ou pessoas que podem dar indicações ou fazer solicitações à equipa de limpeza, dando dessa alteração conhecimento formal ao representante dos cocontratantes.
7. Os gestores dos contratos podem ser alterados mediante comunicação ao(s) cocontratante(s).

CLÁUSULA 27ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

PARTE II

CLAUSULAS TÉCNICAS

A - CLÁUSULAS TÉCNICAS COMUNS A TODOS OS LOTES

CLÁUSULA 28ª CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DO PROCEDIMENTO

1. O tipo de serviços de limpeza a ser executado em cada área de intervenção é o constante do **Anexo A** do presente Caderno de Encargos e caracteriza-se por ser dos seguintes tipos:

Tipo de limpeza	Especificidade
Programada	a. Limpeza Regular; b. Limpeza Profunda; c. Limpeza Especial em espaços museológicos; d. Piquete de Limpeza ¹ .

¹ **Piquete de limpeza:** Caracteriza-se pela prática de ações de limpeza onde os recursos humanos se encontram disponíveis para qualquer ocorrência. Exemplos: Realização de conferências, seminários, congressos, etc.

Não Programada (Bolsa de serviços pontuais / ocasionais)	a. Por tempo de intervenção.
---	------------------------------

CLÁUSULA 29ª LOCAL E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. A prestação dos serviços decorrerá nos locais identificados no **Anexo B** do presente Caderno de Encargos.
2. Os espaços identificados no presente Caderno de Encargos e a grandeza das áreas a serem intervencionadas, são meramente indicativos da expressão e são o resultado de um levantamento efetuado pelas entidades constituintes.
3. No decorrer da execução dos serviços objeto do contrato, o(s) contraente(s) público(s) reserva(m)-se ao direito de alterar, reduzir ou aumentar os locais identificados no **Anexo B** do presente Caderno de Encargos ou alterar as áreas relativas aos edifícios objeto de limpeza em consequência de eventuais alterações operadas nos seus serviços, assim como das respetivas frequências e horários, sendo que:
 - a) Quaisquer alterações à área total do espaço a intervir, quer resultante da inclusão de novos locais, quer da reavaliação dos espaços já constantes da execução, respeitarão os valores da unidade de referência adjudicada: o preço hora por pessoa, conforme o tipo e a especificidade de limpeza e/ou espaço em causa.
 - b) A redução de espaços ou de área de limpeza dos espaços existentes objeto da prestação de serviços não confere ao adjudicatário qualquer direito, nomeadamente, para efeitos de pagamentos, ressarcimentos ou indemnizações.
4. As alterações a que se referem o número anterior serão comunicadas ao adjudicatário com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA 30ª NÍVEIS DE SERVIÇO EXIGIDOS E REQUISITOS TÉCNICOS

1. Sem prejuízo de outras obrigações, nomeadamente das que constam do **Anexo A** do presente caderno de encargos, o(s) cocontratante(s) deve(m) garantir os seguintes níveis mínimos de qualidade na prestação dos serviços de limpeza:
 - a. Todos os locais objeto de contrato devem ser limpos de acordo com os resultados esperados, a respetiva frequência e dentro das plataformas horárias definidas no presente caderno de

- encargos ou nos termos daquilo que vier a ser definido, ao longo da execução do contrato, em resultado de alterações que a entidade adjudicante venha a comunicar.
- b. Nenhuma das instalações objeto de contrato poderá apresentar maus odores nas superfícies e espaços.
- c. No caso de serem detetadas inconformidades na prestação dos serviços de limpeza, a capacidade de resolução deve ser até 4 horas úteis, a contar da respetiva notificação;
2. O(s) cocontratante(s) obrigam-se a cumprir os níveis de serviço na prestação de serviços de limpeza e aquisição de produtos de higiene, a seguir discriminados:
- a. Cumprimento de horários: Colocação de pessoal afeto ao serviço em conformidade com os horários contratados;
- b. Cumprimento da periodicidade da frequência das visitas de inspeção às instalações dos contraentes públicos para supervisão da prestação de serviços, de acordo com a proposta apresentada, a qual nunca poderá ser inferior a uma visita por cada período de 14 dias;
- c. Deter ao seu serviço, funcionários de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional.
3. O(s) cocontratante(s) deverão cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente à sua atividade e a todos os seus funcionários, incluindo as normas de segurança e saúde nos trabalhos aplicáveis, assegurando tal procedimento junto de eventuais subcontratados, respondendo pela sua observância perante a entidade adquirente.
4. Os funcionários afetos à execução do(s) contrato(s) devem estar permanentemente munidos de credencial ou outro documento de identificação, emitido pelo cocontratante e apresentar-se adequadamente fardado, competindo ao prestador de serviços fornecer os fardamentos.
5. Cada contraente público disponibilizará ao(s) cocontratante(s) o acesso a instalações destinadas a vestiário e depósito de produtos, materiais e equipamentos de limpeza. Os espaços afetos deverão manter-se em bom estado de conservação e limpeza.
6. Todos os funcionários do(s) cocontratante(s) devem ter pleno conhecimento de todo o serviço a executar e ser devidamente esclarecidos pelo(s) encarregado(s) sobre o(s) edifício(s), de modo a possibilitar uma correta execução dos trabalhos de limpeza (localização de quadros de eletricidade, localização de gabinetes e laboratórios, etc.), devendo assegurar que os gabinetes e laboratórios só devem ser mantidos abertos durante a execução da limpeza, após a qual devem ser fechados.
7. Durante o seu horário de trabalho todos os funcionários afetos à execução do contrato estão expressamente proibidos de:
- a. Utilizar o bar, máquinas de *Vending*, telemóveis (exceto em caso de absoluta necessidade com autorização prévia do encarregado), bem como outros equipamentos ou objetos pertencentes ao Contraente público

- b. Comer, fumar ou praticar qualquer atividade que comprometa a normal execução dos trabalhos de limpeza;
- 8. O(s) cocontratante(s) ficam obrigados a disponibilizar os registos de tempos de trabalho dos funcionários ao serviço em registo informático de fácil acesso, se possível com recurso a um sistema automático.
- 9. O(s) cocontratante(s) devem assegurar que o comportamento dos funcionários deve ser o adequado às características dos contraentes públicos, sendo que caso ocorram e sejam reportadas situações menos apropriadas no local onde decorrem os serviços de limpeza, o supervisor deve, no prazo máximo de 24 horas, substituir o(s) funcionário(s) em causa.

CLÁUSULA 31.ª ASSIDUIDADE, PONTUALIDADE E SUBSTITUIÇÃO DE FUNCIONÁRIAS (OS)

- 1. Todos os funcionários devem ser assíduos e cumprir o horário efetivo de trabalho contratualizado.
- 2. Todos os funcionários terão de efetuar o controlo de presenças através de “Folha de assiduidade” e o controlo de intervenções de limpezas das instalações sanitárias através de “Registo de limpezas aos wc” a afixar em local a combinar com o gestor do contrato.
- 3. O(s) cocontratante(s) deverá(ão) instalar um sistema de controlo mecânico/eletrónico para monitorização dos seus funcionários.
- 4. Os contraentes públicos procederão ao levantamento das folhas em cada segurança no 1.º dia útil de cada mês. Será com base nestes registos que as horas prestadas pelos funcionários serão contabilizadas no final de cada mês para efeito de apuramento de desvios e correção da faturação. Excecionalmente e sempre justificada poderá ser aceite a tolerância de 15 minutos na entrada dos funcionários. Caso não seja aceite, o atraso registado até 15 minutos deverá ser compensado no horário da saída. Para atrasos superiores aos 15 minutos será contabilizada a falta segundo a fórmula indicada no apuramento mensal das horas prestadas, quando solicitado pelo contraente público.
- 5. É responsabilidade do(s) cocontratante(s) assegurar, a substituição dos seus funcionários nos períodos de férias, faltas, folgas ou noutras situações de impedimento;
- 6. É também responsabilidade do(s) cocontratante(s) assegurar no caso de faltas e impedimentos de:
 - a. Supervisor / Encarregado: substituição por um elemento da empresa com competência para receber instruções de um interlocutor do contraente público.
 - b. Trabalhadores da equipa permanente: cada funcionário faltoso deverá ser substituído no prazo máximo de 24 horas. O Contraente público tem direito a ser ressarcido pelos montantes relativos aos tempos em falta.

- c. Trabalhadores do piquete: substituição deverá ser efetuada no próprio dia no prazo máximo de 1 hora e compensado o tempo em atraso. Quando essa substituição não for possível no próprio dia, o contraente público será ressarcido pelos montantes relativos ao tempo em falta.
7. O(s) cocontratante(s) não devem efetuar a rotação dos funcionários entre edifícios, sem o consentimento prévio dos contraentes públicos, e informar sempre, por escrito, quando ocorram saídas/entradas de novos funcionários.
8. O(s) cocontratante(s) devem ter uma estrutura de piquetes de emergência que permita dar resposta a incidentes ou situações de serviço anormais que possam ocorrer durante a noite, fins de semana e/ou feriados.

CLÁUSULA 32.ª ENCARGADO E SUPERVISOR

1. O(s) cocontratante(s) deverá(ão) designar um supervisor e seu substituto, que ficará afeto à prestação de serviços em total regime de exclusividade, mas sem subordinação hierárquica ao contraente público, garantido que o mesmo estará em permanente disponibilidade.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o(s) cocontratante(s) pode(m) designar uma equipa de supervisão caso assim entenda como mais conveniente, devendo, nos termos do disposto no número anterior, um dos seus elementos estar afeto à prestação de serviços em total regime de exclusividade.
3. O supervisor e o(s) encarregado(s) deverão garantir a qualidade dos serviços de limpeza. Para o efeito devem ter um perfil adequado de liderança, incluindo capacidade de diálogo, capacidade de coordenar equipas e conhecimentos técnicos especializados que permitam a adequada utilização de equipamento, material e produtos.
4. Entre outras funções atribuídas, cabe ao supervisor:
 - a. Realizar visitas aleatórias de verificação (ações de verificação) dos trabalhos de limpeza devendo percorrer todas as instalações objeto de contrato, em periodicidade a definir pelos contraentes públicos;
 - b. Garantir o integral cumprimento das obrigações constantes do caderno de encargos e respetivos anexos, assegurando a qualidade dos serviços de limpeza e garantir a observância dos resultados identificados na especificação dos serviços de limpeza;
 - c. Atestar que os trabalhadores de limpeza que executam a prestação do serviço de limpeza possuem as competências necessárias para a realização correta das suas tarefas e recebem a formação adequada ao exercício das funções;
 - d. Garantir a disciplina e o adequado fardamento e, por conseguinte, a boa apresentação de todos os trabalhadores de limpeza afetos aos espaços sob a sua supervisão;
 - e. Identificar ações de formação que considere pertinentes;

- f. Garantir a provisão e a gestão eficaz dos recursos (produtos, materiais e equipamentos), necessários à prestação do serviço de limpeza evitando situações de rutura daqueles bens e, por conseguinte, perigar a boa execução dos serviços de limpeza;
 - g. Garantir a célere substituição dos trabalhadores de limpeza quando se verifique ausências, férias ou a pedido justificado pela entidade adjudicante;
 - h. Participar nas reuniões mensais ou sempre que a entidade adjudicante o solicite para avaliação do trabalho realizado, análise de incidentes e programação de atividades para o mês seguinte, bem como participar nas ações de verificação a realizar pela entidade adjudicante;
5. O(s) encarregado(s) deve(m) ter a competência para operacionalização de todo o serviço de acordo com o plano de limpeza definido, sendo sua responsabilidade a/o:
- a. Chefia das equipas de funcionários executantes;
 - b. Garantia do comportamento apropriado dos funcionários executantes;
 - c. Distribuição do material, produtos e equipamento necessário pela equipa;
 - d. Verificação da limpeza e arrumação dos equipamentos, material e produtos no final de cada dia de trabalho em local a definir pelo Contraente público;
 - e. Verificação da operacionalidade do equipamento, material e da existência de produtos de limpeza em quantidades suficientes de forma a não comprometer a execução do serviço;
 - f. Ajuste, se necessário, dos trabalhos de limpeza em função de contextos específicos;
 - g. Execução de serviços de limpeza.
6. Por fim, o(s) cocontratante(s) deverá(ão) garantir que o desempenho da sua prestação se pauta por ações de proatividade e não de passividade na identificação de problemas que possam diminuir a qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA 33.ª CONTROLO DE CHAVES E CARTÕES DE ACESSO

- 1. As chaves e/ou cartões de acesso cedidos pelo contraente público ao cocontratante para permitir o acesso a todos os locais a limpar devem estar guardados num chaveiro fechado sob a responsabilidade dos elementos responsáveis.
- 2. As chaves/cartões devem ser distribuídas/os e recolhidas/os diariamente, no início e fim dos trabalhos respetivamente, pelos elementos referidos no ponto anterior, ao pessoal que deles necessite.
- 3. Durante a execução dos trabalhos, as chaves não devem ser deixadas nas fechaduras das portas.
- 4. Quando, na recolha das chaves/cartões, se detetar uma falta, os elementos responsáveis devem efetuar um registo com indicação de: data, chave/cartão em falta, funcionário que perdeu a

chave/cartão. Após as averiguações e confirmada a perda da chave/cartão devem avisar os serviços responsáveis do contraente público e eventualmente solicitar nova chave/cartão.

5. Sempre que uma chave/cartão esteja estragada/o ou apresente defeito, os elementos responsáveis devem avisar o contraente público e solicitar a sua substituição.
6. A entrega de uma nova chave/cartão aos elementos responsáveis será feita mediante registo efetuado pelo contraente público.

CLÁUSULA 34.ª IDENTIFICAÇÃO E FARDAMENTO DO PESSOAL DE LIMPEZA

1. Todos os funcionários devem estar devidamente identificados e usar sempre uniformes em condições adequadas de limpeza e de uso.
2. Cumprimento de todas as recomendações da DGS no âmbito das medidas de contenção, prevenção em vigor e a publicar, no âmbito de proteção individual e das atividades a realizar, nomeadamente o uso de equipamento de proteção individual pelos funcionários de limpeza.
3. Os funcionários devem sempre usar um uniforme limpo por dia e os sapatos devem ser mantidos apenas para procedimentos de limpeza, usando outro calçado para o exterior.

CLÁUSULA 35.ª MATERIAIS, PRODUTOS DE LIMPEZA E EQUIPAMENTOS

1. Todos os produtos de limpeza, materiais (p. ex.: Luvas, panos de limpeza, sacos de lixo, detergentes, ceras, etc), equipamentos (p. ex.: Máquina rotativa para limpeza dos corredores; máquina para decapar e encerar; aspiradores, meios elevatórios para limpeza de vidros, etc) e acessórios (p. ex: Mangueiras, carrinhos de limpeza, baldes, esfregonas, mopas, escadotes, etc.) necessários à execução dos serviços de limpeza constituem encargo do(s) cocontratante(s) e são da sua responsabilidade.
2. Todos os utensílios, máquinas e equipamentos de limpeza deverão apresentar-se em perfeitas condições de funcionamento, devendo ser substituídos pelo(a) cocontratante(s), sempre que seja necessário.
3. Todos os produtos de limpeza, lavagem, desinfecção, desengorduramento e desodorização a utilizar devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequada à limpeza das diferentes superfícies (opacas, translúcidas, pavimentos, mobiliário, metais, equipamentos elétricos, entre outros), assumindo o(s) cocontratante(s) inteira e exclusiva responsabilidade pelos produtos que usar, nomeadamente no que respeita a eventuais danos que posteriormente se verifiquem, desde que atribuíveis àqueles.
4. Todos os produtos que o adjudicatário incluir na execução da prestação, devem respeitar as exigências ambientais e de saúde pública em vigor, devendo ser fornecidos com rotulagem identificativa normalizada, que deverá conter entre outros elementos informativos, fins a que se destina, instruções claras de dosagem, toxicidade e como agir em caso de acidente resultante da sua aplicação, sendo que é

expressamente proibido o manobrar destes produtos, em especial os químicos, em recipientes que não sejam os de origem.

5. Deve ser privilegiada a utilização de produtos, acessórios e consumíveis com rotulagem ambiental (Rótulo Ecológico da UE ou equivalente), a fim de maximizar a utilização de produtos menos agressivos para o ambiente.

6. O(s) cocontratante(s) não deverá(ão) utilizar produtos abrasivos, tóxicos e com cheiro intenso, que possam perturbar o normal funcionamento dos serviços e o bem-estar das pessoas utilizadoras dos espaços objeto de intervenção, pelo que:

- a) Os decapantes não devem ter siglas de perigosidade, devendo ser sempre adequados ao fim a que se destinam, devidamente rotulados, com uma biodegradabilidade superior a 80% e respeitar todas as normas ambientais;
- b) Está excluída a utilização de produtos tóxicos e/ou cancerígenos;
- c) No local onde estejam armazenados devem obrigatoriamente estar afixadas as fichas de segurança e as fichas técnicas dos respetivos produtos;
- d) Quanto às embalagens deverá ser dada preferência, por questões de natureza económica e ambiental, às que forem suscetíveis de reutilização e/ou reciclagem, ou produzidas com recurso a materiais reciclados.

7. É da responsabilidade e encargo do adjudicatário a aquisição de todo o material móvel necessário aos trabalhos da prestação de serviços (viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas, utensílios e restantes produtos), bem como todos os gastos com a sua manutenção e conservação em perfeito estado de funcionamento, durante a vigência do contrato.

8. O(s) cocontratante(s) deve(m) respeitar os códigos de cores para os panos e utensílios a utilizar, bem como, a sinalética de segurança que lhe seja exigida pelo(s) contraente(s) público(s).

9. Durante a vigência do contrato, os contraentes públicos reservam o direito de proceder à verificação dos produtos e à inspeção dos equipamentos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento.

10. É da responsabilidade do(s) cocontratante(s), por sua conta e risco, o destino a dar aos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, quer através do seu acondicionamento, carga, transporte e descarga em local apropriado para o seu tratamento.

11. O(s) cocontratante(s) deve(m) garantir que não há qualquer rutura de meios materiais necessários à execução do serviço de limpeza, em cada espaço municipal, para que não haja redução da qualidade do serviço prestado.

12. O fornecimento de água e energia elétrica ficará a cargo do(s) contraente(s) público(s), devendo o(s) cocontratante(s) fazer o seu uso com moderação, responsabilidade e única e exclusivamente no âmbito da prestação de serviços.

13. Os contraentes públicos colocarão à disposição do(s) cocontratante(s), sempre que tal se demonstre possível e necessário, instalações para arrecadação e armazenamento dos produtos / materiais / acessórios / equipamentos que o adjudicatário necessitar para efetuar a sua prestação.

CLÁUSULA 36.ª RECOLHA E DEPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS

1. Os resíduos provenientes dos trabalhos de limpeza devem ser separados e recolhidos em sacos plásticos apropriados, e transportados até ao ecoponto que existe no interior das instalações dos contraentes públicos, onde devem ser depositados nos contentores apropriados, sempre que aplicável.
2. Os resíduos que tiverem sido depositados de forma seletiva dos recipientes existente nas instalações dos contraentes públicos para o efeito – ecopontos de interior, caixas/contentores para recolha de papel – devem ser recolhidos em sacos de cor diferente – amarelo para embalagens de plástico e metal, e azul para papel e cartão – transportados para o ecoponto e depositados nos contentores respetivos.
3. Os sacos, referidos no número anterior, devem ser despejados, sacudidos e reutilizados ou depositados vazios no contentor amarelo (das embalagens de plástico e metal).
4. Os vidros devem ser recolhidos num balde (sem saco) e igualmente transportados e depositados (despejados) do contentor do vidro do ecoponto.
5. Os resíduos indiferenciados devem ser recolhidos em sacos pretos que devem ser fechados e depositados no ecoponto no contentor correspondente.
6. Devem existir equipas específicas para recolha de resíduos, e a recolha deve ser efetuada com auxílio de carrinhos que suportem os diferentes tipos de sacos para os diferentes tipos de resíduos.
7. Os funcionários que efetuem a recolha não devem fazer triagem de resíduos, apenas devem recolher separadamente o que foi depositado seletivamente.
8. Eventualmente pode ser iniciada posteriormente a recolha de resíduos orgânicos, pelo que os cocontratantes devem, a partir desse momento, efetuar também a recolha em separado deste resíduo.

CLÁUSULA 37.ª ESPECIFICIDADES DO SERVIÇO DE LIMPEZA

1. Sem prejuízo das especificidades de cada lote, o serviço de limpeza a prestar inclui:
 - a. Limpar o pó, limpar o chão (aspirar e lavar) com os detergentes adequados, remover as teias de aranha e retirar toda a sujidade existente;

- b. Assegurar a lavagem de vidros e pavimentos devem com máquinas e detergentes adequados;
 - c. Assegurar a após a lavagem de pavimentos se procede à secagem com um pano ou uma esfregona limpa;
 - d. Assegurar que nos pavimentos onde seja colocada cera, antes da lavagem deve ser efetuada a devida decapagem dos mesmos. Depois da lavagem deve ser aplicada uma nova camada de cera;
 - e. Limpar nos laboratórios experimentais o chão, parapeitos (quando não ocupados com material e equipamento) e outros espaços gerais;
 - f. Limpar os quadros das salas de aula unicamente com um pano húmido sem qualquer detergente;
 - g. Colocar durante a limpeza dos WCs um tripé de aviso de limpeza (deve existir um por piso). O chão do WC deve ser devidamente seco após lavagem. Devem ser repostos os consumíveis de wc que são fornecidos pelos contraentes públicos;
 - h. Assegurar que todas as salas, gabinetes, auditórios, secretaria e reprografias ficam sempre fechadas após a conclusão do serviço;
 - i. Assegurar que no final do serviço os carros estão limpos e sem água, os panos lavados e estendidos no carro e as esfregonas lavadas, espremidas e com as franjas sacudidas.
2. As áreas de execução do serviço de limpeza incluem gabinetes, salas de aula, laboratórios, anfiteatros, WC, áreas comuns, elevadores, escadas, armazéns, áreas técnicas, zonas exteriores dos campi e parques de estacionamento.
3. Para as limpezas gerais existe um plano específico definido para cada lote, sem prejuízo das datas e horários a acordar com o contraente público, dentro preço contratual mensal estabelecido, apurado de acordo com o número de horas mensais para cada edifício.

CLÁUSULA 38.ª OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO (S) COCONTRATANTE (S)

1. O cocontratante deve apresentar um plano de formação para os funcionários a afetar à prestação de serviços de limpeza que contemple a temática e relativa à utilização de produtos químicos e a ser cumprido nos primeiros dois meses da execução do contrato, em estreita colaboração com o gestor de contrato do contraente público.
2. As frequências das ações de formação constantes do respetivo plano não devem decorrer durante a execução da prestação de serviços de limpeza, exceto se as mesmas forem ministradas em contexto de trabalho.
3. Mediante a lista de produtos a utilizar pelo cocontratante, deve ser assegurado todo o material necessário à contenção e resolução de um derrame de produto químico.

4. Em caso de derrame de produto químico, os funcionários devem atuar de acordo com a informação constante na ficha de dados de segurança e a formação adquirida, e quando necessário ativar o plano de emergência interno.
5. O cocontratante deve providenciar, sempre que os produtos de limpeza a utilizar sejam armazenados nas instalações do contraente público, a colocação no local das fichas de dados de segurança e outras fichas técnicas associadas aos produtos químicos, garantindo a sua permanente atualização.

CLÁUSULA 39.ª SERVIÇOS OCASIONAIS / NÃO PLANEADOS

1. No âmbito da prestação de serviços objeto do contrato será criada uma bolsa de serviços pontuais, para a realização de serviços de limpeza pontuais não programados ou extraordinários à atividade normal do(s) contraente(s) público(s).
2. Poderão ser solicitados serviços de limpeza ocasionais a serem executados de acordo com as necessidades que venham a ser identificados pelo(s) contraente(s) público(s) ao longo do período de vigência do contrato, sendo remunerada nos seguintes termos:
 - a) Tendo por referência os preços unitários hora por pessoa adjudicados.
3. O gestor do contrato nomeado pelo contraente público ou interlocutor designado por este comunicará ao supervisor do cocontratante, com conhecimento obrigatório ao gestor do contrato do contraente público, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados acordado entre as partes, com **antecedência mínima de 72 horas**, a necessidade de prestação de serviços de limpeza, com recurso à bolsa de serviços pontuais, indicando:
 - a) A identificação do local;
 - b) A data e horário de realização do serviço;
 - c) O tipo de Limpeza e respetivas ações de limpeza pretendidas;
 - d) O número de m2 da área a intervir e respetiva frequência, ou o número de horas e o número de pessoas que estima necessitar;
4. O cocontratante elaborará e remeterá, previamente, ao gestor do contrato do contraente público o respetivo orçamento que, apenas após a respetiva aceitação expressa pelo gestor do contrato, é que pode ser prestado;
5. O orçamento dos serviços não planeados deverá prever os preços hora adjudicados;
6. Para efeitos de orçamento destes serviços, o cocontratante não poderá contemplar a hora de almoço.

CLÁUSULA 40.ª PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA NOS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS

1. Os espaços museológicos a afetar à presente prestação de serviços carecem de um cuidado especial relativamente à forma de prestação dos serviços de limpeza, pelo que carece estabelecer um conjunto de regras de cumprimento obrigatório pelos recursos humanos que o adjudicatário venha a afetar à execução desses serviços, assumindo este a responsabilidade decorrente de eventuais incumprimentos.
2. O cocontratante bem como os recursos humanos que este afete à execução da prestação de serviços nos espaços museológicos, deverão, para além das restantes obrigações constantes do presente caderno de encargos, garantir que:
 - a) A limpeza deve ser realizada por pessoal habilitado, com experiência nesta área, a quem deve ser dada formação específica para um bom entendimento das funções e dos requisitos necessários, de acordo com os diversos espaços de intervenção e com as coleções que os mesmos albergam a cada momento e será supervisionada por técnicos do MHNC-UP.
 - b) Na lavagem do pavimento deve ser utilizada apenas água, pois a maioria dos detergentes contêm substâncias - como o amoníaco ou o ácido acético - que, caso não sejam devidamente eliminadas, podem ser nefastas à estabilidade dos bens culturais.
 - c) Quando não seja possível evitar o uso de detergentes, deve-se assegurar que são utilizados produtos adequados, inócuos e não tóxicos e nas diluições corretas.
 - d) As ações de limpeza devem ser realizadas utilizando a menor quantidade de água possível, tendo-se o cuidado de secar muito bem as superfícies, para evitar que o equilíbrio ambiental não se altere de forma brusca.
 - e) A utilização de aspiradores de água com sucção potente é importante para a secagem de zonas lavadas com água.
 - f) Os vidros e os acrílicos devem ser limpos com água ou produtos adequados e igualmente bem secos.
 - g) A recolocação das peças de arte só poderá ocorrer quando as superfícies estiverem completamente secas.
 - h) Os utensílios de limpeza como mopas, espanadores ou panos de pó, devem ser limpos ou lavados após cada utilização.
 - i) Deve existir material de limpeza específico e reservado para cada área de limpeza, tendo em vista a devida higienização dos espaços.
3. Na intervenção para ações de limpeza e desinfecção nos espaços museológicos, não são atribuições dos técnicos de limpeza do cocontratante:
 - a. Proceder à remoção/deslocação de peças de arte – tal intervenção é da exclusiva

atribuição das equipas técnicas da entidade adjudicante existentes em cada espaço museológico.

- b. Intervir em objetos que contenham peças de arte e por cuja sua remoção não seja possível dese realizar (p. ex.: Vitrines.);
- c. Praticar ações de varreduras, pois este tipo de ação contribui para a disseminação do pó – queterão de ser obrigatoriamente substituídas por outro tipo de ação que permita atingir os níveis de serviços exigidos.

B - CLÁUSULAS TÉCNICAS ESPECIFICAS LOTES

CLÁUSULA 41.ª DESCRIÇÃO, HORÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, POR LOCALIZAÇÃO DE EDIFÍCIO E QUANTIDADES

1. A especificação dos serviços a prestar e a respetiva periodicidade por lote encontram-se enumeradas no presente Caderno de Encargos e no respetivo **Anexo B**.
2. Sem prejuízo das atividades descritas, que deverão ser consideradas como previstas, os contraentes públicos poderão indicar outras atividades que sejam fundamentais à qualidade da limpeza das instalações dos diversos locais constantes do **Anexo B**, ou de outros cuja atividade inicie durante a vigência do contrato.
3. De igual forma os contraentes públicos poderão alterar a periodicidade estipulada para os locais previstos no **Anexo B**, caso se revele adequado e em função das necessidades, dado que as periodicidades indicadas deverão ser consideradas como estimadas.
4. Se dos pontos anteriores decorrer a necessidade de reforço da carga horária ou alteração do trabalhador de limpeza na prestação de serviço, o cocontratante deverá elaborar relatório circunstanciado que fundamente essa necessidade e envia-lo ao gestor do contrato do contraente público a fim de o mesmo ser avaliado.
5. A prestação de serviços planeados englobará, previsivelmente, um conjunto de serviços, distribuídos da seguinte forma pelos contraentes públicos de acordo com a seguinte distribuição:

Tipologia	Lote 1 - REIT								L2 - FAUP	L3 - FBAUP	L4 - FCUP	L5 - FADEUP	L6 - FDUP	L7 - FEP	L8 - FEUP	L9 - ICBAS / FFUP	L10 - FLUP	L11 - FMUP	L12 - FMDUP	L13 - FPCEUP	L14 - FCNAUP	L15 - ICBAS	L16 - CDUP	L17 - SASUP	Total horas estimadas
	L1 - Edifício Histórico	L1 - Planetário	L1 - Museu	L1 - Casa Comum	L1 - Vairão	L1 - CUP	L1 - Loja UP	Total																	
Encarregado - Diurno	12480	0	0	0	0	0	0	12480	0	0	17160	0	0	0	18720	10920	3120	6240	0	0	6240	0	0	0	74880
Trabalhador de limpeza - Diurno	57252	6264	18720	1716	6240	1872	564	92628	28080	25740	103398	31200	15600	35100	190320	76440	45240	117780	24870	28650	7800	15816	16920	70864	926446
Lavador de Vidros - Diurno	5460	336	1152	0	216	288	0	7452	312	648	3390	540	0	576	6240	5460	3744	3120	0	2160	0	0	0	0	33642
Lavador de Vidros - Diurno (em altura)	0	0	72	0	0	0	0	72	144	0	0	0	0	0	360	750	0	0	0	0	24	0	0	0	1350
Total Diurno por local	75192	6600	19944	1716	6456	2160	564	112632	28536	26388	123948	31740	15600	35676	215640	93570	52104	127140	24870	30810	14064	15816	16920	70864	1036318

Horas estimadas totais para o período de vigência do contrato - Fins-de-semana e feriados																									
Tipologia	Lote 1 - REIT								Lote 2 - FAUP	L3 - FBAUP	L4 - FCUP	L5 - FADEUP	L6 - FDUP	L7 - FEP	L8 - FEUP	L9 - ICBAS / FFUP	L10 - FLUP	L11 - FMUP	L12 - FMDUP	L13 - FPCEUP	L14 - FCNAUP	L15 - ICBAS	L16 - CDUP	L17 - SASUP	Total horas estimadas
	L1 - Edifício Histórico	L1 - Planetário	L1 - Museus	L1 - Casa Comum	L1 - Vairão	L1 - CUP	L1 - Loja UP	Total																	
Encarregado - Diurno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	624	0	0	0	0	1560	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2184
Trabalhador de limpeza - Diurno	0	624	7488	0	0	0	0	8112	0	0	3042	780	936	1716	0	12792	1560	0	0	1872	0	156	1440	1248	33654
Lavador de Vidros - Diurno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	780	0	0	0	0	0	0	0	0	780
Lavador de Vidros - Diurno (em altura)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total FDS por local	0	624	7488	0	0	0	0	8112	0	0	3666	780	936	1716	0	14352	2340	0	0	1872	0	156	1440	1248	36618

CLÁUSULA 42.ª ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS OCASIONAIS / NÃO PLANEADOS

- Durante a execução do(s) contrato(s) a celebrar, poderá verificar-se a necessidade de realização de serviços não planeados, face aos planos de limpezas definidos no **Anexo B** deste Caderno de Encargos.
- Os serviços não planeados são prestados de acordo com locais, calendários, n.º de postos, horários, horários e outras informações são prestadas em função de cada ação a definir pelo contraente publico e podem ser requisitados até ao valor máximo previsto no preço contratual para a aquisição de serviços não planeados.
- A prestação de serviços não planeados, para o período de um ano, englobará, previsivelmente, um conjunto de serviços, distribuídos da seguinte forma pelos contraentes públicos de acordo com a seguinte distribuição:

Descrição		L1 - Edifício Histórico	L1 - Museus	L1 - Círculo Universitário	L3 - FBAUP	L4 - FCUP	L8 - FEP	L8 - FEUP	L9 - ICBAS / FFUP	L11 - FMUP	L11 - FPCEUP	L14 - FCNAUP	L15 - ICBAS	L16 - CDUP	L17 - SASUP	Total Horas anuais estimadas em cada horário / horas anuais estimadas serviços ocasionais	Horas estimadas vigência do contrato
Limpeza ocasional / não programada	Nr. horas em horário TDU, diurno (06h00 às 20h59)	24	20	150	40	103	100	640	2430	31	80	15	50	0	120	3803	11409
	Nr. horas em horário TDU, noturno (21h00 às 05h59)	0	0	0	0	41	100	50	50	31	0	10	0	0	0	282	846
	Nr. horas em horário Fins-de-semana e Feriados, diurno (06h00 às 20h59)	0	20	50	16	206	100	640	2172	217	24	15	50	100	40	3650	10950
	Nr. horas em horário Fins-de-semana e Feriados, noturno (21h00 às 05h59)	0	0	0	0	62	100	10	50	31	0	10	0	0	0	263	789

- Os serviços e número de horas previstas no n.º anterior têm caráter provisório e meramente indicativo e encontram-se sujeitos a eventuais alterações.
- Não são admitidas alterações ao preço contratual hora, no decorrer do período de vigência do contrato, ainda que, durante o mesmo, se venham a verificar reformulações no número de horas.

ANEXO A – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS POR LOCAL

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO B – DESIGNAÇÃO DOS LOCAIS, IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRETENDIDOS E MAPA DE AFETAÇÃO MÍNIMA DE TRABALHADORES POR EQUIPAMENTO E POR HORÁRIO

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM Excel)

ANEXO C – MORADAS DOS CONTRAENTES PÚBLICOS

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO D – GESTORES DE CONTRATO

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO E – ESPECIFICAÇÕES / INSTRUÇÕES DE SERVIÇO DE CADA LOTE

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO F – (MODELO DE) DECLARAÇÃO

[para demonstração do cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do CCP]

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], declara, sob compromisso de honra, e tendo em consideração o disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada afetará à prestação do serviço a realizar no âmbito do contrato n.º _____, os seguintes trabalhadores:

Identificação	Vínculo laboral

..... (local), (data), [assinatura].